**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL NO BRASIL**

Valéria Barbosa Brito¹ - valeiabrito2022@gmail.com

Jheniffer Agape Oliveira¹ - jhenifferagape51@gmail.com

Giovanna Grazielle Alves Martins¹ - giovannagrazyelli@gmail.com

Pedro Victor Antunes Guerra¹ - pedroguerra.ingles@gmail.com

¹Universidade Estadual de Montes Claros - Montes Claros, MG, Brasil

**Eixo:** Políticas Públicas e Gestão da Educação.

**Palavras-chave**: LDBEN; financiamento da educação; políticas públicas.

**Resumo Simples**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394 de dezembro de 1996, representa um marco legal essencial para a construção de um sistema educacional democrático e inclusivo. Ela estabelece princípios como gestão democrática do ensino, equidade, valorização docente e garantia da educação gratuita. No entanto, passadas quase três décadas de sua promulgação, observa-se um descompasso entre seus preceitos normativos e a realidade vivida nas redes públicas de ensino (Oliveira, 2014). Justifica-se, assim, a necessidade de investigar os fatores que limitam sua efetivação. O problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais os principais entraves estruturais que dificultam a implementação plena da LDBEN e como impactam a qualidade e a equidade na educação brasileira? O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente os obstáculos históricos e institucionais à aplicação da LDBEN. Especificamente, buscamos: identificar os principais fatores que impedem a efetividade da lei; compreender as implicações dessas barreiras para a gestão educacional e a formação docente; discutir alternativas de políticas públicas mais equitativas e sustentáveis. O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem as tensões entre a legislação educacional e sua implementação concreta. Oliveira (2014) destaca a distância entre a norma legal e a prática educacional, enquanto Soares (2011) evidencia como as desigualdades regionais comprometem a equidade no acesso à educação. Curi (2002) aponta falhas estruturais na formação e valorização dos professores como um dos principais entraves à consolidação das diretrizes da LDBEN. Dados oficiais do Ministério da Educação - MEC e relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (Brasil, 2023) reforçam o diagnóstico de estagnação de metas previstas no Plano Nacional de Educação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental de dados secundários oriundos de órgãos oficiais, como o MEC e o INEP. Como resultados parciais, identificamos que a LDBEN, embora integre em seu texto avanços normativos, tem sua eficácia estruturalmente limitada por barreiras como o subfinanciamento da educação pública, a descontinuidade das políticas governamentais e a desigualdade de condições entre as redes de ensino. A superação desses entraves exige maior compromisso político e articulação federativa para garantir o direito à educação de acordo com o postulado no texto legal, ou seja, com eficiência e justiça social.

**Referências:**

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2023.

CURI, M. A. R. **A LDB e os desafios da implementação das políticas educacionais**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 30, p. 102–119, 2002.

OLIVEIRA, D. A. **Políticas educacionais no Brasil: limites e possibilidades de uma agenda pública de qualidade e equidade**. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 129, p. 1101–1118, 2014.

SOARES, J. F. **Desigualdades regionais e qualidade da educação básica no Brasil**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n. 73, p. 31–50, 2011.